



FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI-ME

ENDEREÇO: Rua Presidente Vargas nº288 , Centro, Xanxerê – SC.

CNPJ: 17.092.175/0001-79 I.E: 25.6875.936

CEP: 89820-000

FONE: (49) 3433-5584 (49) 9800-5159 (Vinícius)

CONTATO: Rafael Luiz Moretto Vicini

E-MAIL: adm.pneulog@hotmail.com

ou contato.pneulog@hotmail.com

BANCO: Caixa Econômica Federal

AG: 0701 C/C: 2898-9

**PROPOSTA FINANCEIRA – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS DO ALTO JACUI E ALTO DA SERRA DO
BOTUCARAI - COMAJA
PREGÃO ELETRÔNICO 10/2021**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	FABRICANTE	UN	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
20	PNEU 245/70R16 INDICE DE CARGA MINIMO 108, INDICE DE VELOCIDADE “T” PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, BRIDGESTONE OU QUALIDADE SUPERIOR.	GOODYEAR – WRANGLER ATR	GOODYEAR	UN	8	625,00	5.000,00
22	PNEU 265/75R16 INDICE DE CARGA MINIMO DE 110, INDICE DE VELOCIDADE MINIMO “R” PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, BRIDGESTONE OU QUALIDADE SUPERIOR.	GOODYEAR – WRANGLER RTS	GOODYEAR	UN	16	687,50	11.000,00
55	PNEU 195/75R16 RADIAL PARA VANS E UTILITÁRIOS: PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR OU SIMILAR.	GOODYEAR – CARGO MARATHON II	GOODYEAR	UN	45	600,00	27.000,00

58	PNEU 205/60R16 RADIAL PARA AUTOMOVEIS; INDICE DE CARGA MINIMO 91. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO V. DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME PIRELLI P7, BRIDGESTONE TURANZA ER300, GOODYEAR EFFICIENTGRIP OU EQUIVALENTE	GOODYEAR – EFFICIENTGRIP	GOODYEAR	UN	8	600,00	4.800,00
59	PNEU 205/60R16 RADIAL PARA AUTOMOVEIS, INDICE DE CARGA MINIMO 92. DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME PIRELLI P7, BRIDGESTONE TURANZA ER300, GOODYEAR EFFICIENTGRIP OU EQUIVALENTE	GOODYEAR – EFFICIENTGRIP SUV	GOODYEAR	UN	20	385,00	7.700,00
60	PNEU 205/60R16 RADIAL PARA AUTOMOVEIS. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO H. DESENHO DA BANDA DE RODAGEM CONFORME PIRELLI P7, BRIDGESTONE TURANZA ER300, GOODYEAR EFFICIENTGRIP OU EQUIVALENTE	GOODYEAR – WRANGLER ATR	GOODYEAR	UN	20	500,00	10.000,00
61	PNEU 225/75R16 PARA AUTOMOVEIS INDICE DE CARGA MINIMO DE 105. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO R. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE PIRELLI GOODYEAR OU SIMILAR	GOODYEAR – CARGO MARATHON II	GOODYEAR	UN	32	775,00	24.800,00
65	PNEU 235/75R17.5 INDICE DE CARGA MINIMO DE 132. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO “L” PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE PIRELLI GOODYEAR OU SIMILAR	GOODYEAR – RHS	GOODYEAR	UN	16	1.250,00	20.000,00
66	PNEU 295/80R22.5 RADIAL SEM CÂMARA PARA CAMINHÕES (RODAS DE TRAÇÃO) INDICE DE CARGA MINIMO 152/148. DESENHO DE BANDA DE RODAGEM PROPRIO PARA RODAS DE TRAÇÃO E USO EM PISO MISTO CONFORME PIRELLI TG85, FIRESTONE T831, BRIDGESTONE L320 GOODYEAR G677 OU EQUIVANTE.	GOODYEAR – ARMORSTEEL KELLY MSD II	GOODYEAR	UN	76	1.859,00	141.284,00
67	PNEU 295/80R22.5 RADIAL SEM CÂMARA PARA CAMINHÕES (RODAS DIRECIONAIS) INDICE DE CARGA MINIMO 152/148. DESENHO DE BANDA DE RODAGEM PROPRIO PARA RODAS DIRECIONAIS E USO EM PISO MISTO CONFORME PIRELLI FG85,	GOODYEAR – ARMORSTEEL KELLY MSA II	GOODYEAR	UN	60	1.736,00	104.160,00

	FIRESTONE T819, BRIDGESTONE M840 GOODYEAR G686 OU EQUIVANTE.						
76	PNEU BITOLA 195/60R15 PARA AUTOMOVEI INDICE DE CARGA 88. PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, BRIDGESTONE OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	GOODYEAR – KELLY EDGE SPORT	GOODYEAR	UN	8	331,00	2.648,00
78	PNEU BORRACHUDO/MISTO 275/80R22.5 COM INDICE DE VELOCIDADE K, COM SULCO DE PROFUNDIDADE DE NO MINIMO DE 23 MM, INDICE DE CARGA 146/149. PADRÃO DE QUALIDADE GOODYEAR, FIRESTONE, BRIDGESTONE OU DE QUALIDADE SUPERIOR	GOODYEAR – ARMOR MAX MSD	GOODYEAR	UN	28	1.946,00	54.488,00
79	PNEU LISO/MISTO 275/80R22.5 COM INDICE DE VELOCIDADE K, COM SULCO DE PROFUNDIDADE DE NO MINIMO DE 18 MM, INDICE DE CARGA 146/149. PADRÃO DE QUALIDADE GOODYEAR, FIRESTONE, BRIDGESTONE OU DE QUALIDADE SUPERIOR	GOODYEAR- G386	GOODYEAR	UN	10	1.687,00	16.870,00
82	PNEU NOVO 265/75R16C. PADRÃO DE QUALIDADE GOODYEAR, FIRESTONE, BRIDGESTONE OU DE QUALIDADE SUPERIOR	GOODYEAR – WRANGLER RTS	GOODYEAR	UN	4	675,00	2.700,00
86	PNEU RADIAL 10.00R20 PARA CAMINHÃO N°DE LONAS 16. PARA USO EM RODAS DE TRAÇÃO, BORRACHUDO, INDICE DE CARGA MINIMO 146/143 INDICE DE VELOCIDADE MINIMO “D” RODOVIAS DE PISO MISTO. DESENHO CONFORME TIPO FIRESTONE T831 , GOODYEAR G677 MSD, PIRELLI TG85 OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO : CAMINHÃO FORD CARGO 2628E 6X4 CAMINHÃO MB ATRON 2729K36.	GOODYEAR – ARMOR MAX MSD	GOODYEAR	UN	186	1.897,00	352.842,00
87	PNEU RADIAL 10.00R20 PARA CAMINHÃO N° DE LONAS 16. PARA USO EM RODAS DIRECIONAIS, LISO. INDICE DE CARGA MINIMO 146/143. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO “K”. RODOVIAS DE PISO MISTO. DESENHO CONFORME TIPO FIRESTONE T	GOODYEAR – G386	GOODYEAR	UN	79	1.718,00	135.722,00

	819 GOODYEAR G386 OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO: CAMINHÃO FORD CARGO 2628R 6X4 CAMINHÃO MB ATRON 2729K36						
91	PNEU RADIAL 175/70R14 PARA VEICULO, INDICE DE CARGA MINIMO 88 INDICE DE VELOCIDADE MINIMO T DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL. PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UTILIZAÇÃO: AUTOMOVEIS	GOODYEAR – KELLY EDGE	GOODYEAR	UN	258	372,00	95.976,00
93	PNEU RADIAL 185/70R14 PARA VEICULO. INDICE DE CARGA MINIMO 88. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO T. DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL. PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UTILIZAÇÃO: AUTOMOVEIS	GOODYEAR -ASSURANCE MAX LIFE	GOODYEAR	UN	100	330,00	33.000,00
100	PNEU RADIAL 205/70R15 PARA VEICULO. INDICE DE CARGA MINIMO 106/104. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO R. N/ LONAS 08. DESENHO TIPO CITY NET OU SIMILAR. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR, OU SIMILAR.	GOODYEAR – CARGO MARATHON II	GOODYEAR	UN	19	578,00	10.982,00
102	PNEU RADIAL 215/50R17 PARA VEICULO. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR, OU SIMILAR.	GOODYEAR – EFFICIENTGRIP	GOODYEAR	UN	04	437,50	1.750,00
104	PNEU RADIAL 215/75R17.5 PARA ONIBUS E CAMINHÕES LEVES. N° DE LONAS 12. PARA USO EM RODAS DIRECIONAIS. LISO, INDICE DE CARGA MINIMO 126/124. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO K. RODOVIAS DE PISO MISTO. DESENHO CONFOME TIPO PIRELLI FG85, GOODYEAR G686 OU SIMILAR.	GOODYEAR – ARMOR MAX MSS	GOODYEAR	UN	100	1.080,00	108.000,00
105	PNEU RADIAL 215/75R17.5 PARA ONIBUS. N° DE LONAS 12. PARA USO EM RODAS DE TRAÇÃO BORRACHUDO. INDICE DE CARGA MINIMO	GOODYEAR -RHD	GOODYEAR	UN	134	1.114,00	149.276,00

	126/124. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO L. DESENHO CONFOME BRIDGESTONE M814 GOODYEAR G686 OU SIMILAR						
106	PNEU RADIAL 225/50R17 PARA VEICULO. INDICE DE CARGA MINIMO 84. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO V. DESENHO DE BANDA DE RODAGEM SEM ESPECIFICAÇÃO ESPECIAL. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR, OU SIMILAR.	GOODYEAR – EFFICIENTGRIP	GOODYEAR	UN	36	500,00	18.000,00
109	PNEU RADIAL 225/65R17 PARA AUTOMOVEIS PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO: FIAT TORO	GOODYEAR – WRANGLER SUV	GOODYEAR	UN	20	525,00	10.500,00
110	PNEU RADIAL 225/75R15 PARA AUTOMOVEIS INDICE DE CARGA MINIMO 108/104. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO R. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR, OU SIMILAR.	GOODYEAR – WRANGLER ARMORTRAC	GOODYEAR	UN	28	678,00	18.984,00
115	PNEU RADIAL 225/70R16 PARA AUTOMOVEIS PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE PIRELLI GOODYEAR OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO: FRONTIER	GOODYEAR – WRANGLER ARMORTRAC	GOODYEAR	UN	36	583,00	20.988,00
116	PNEU RADIAL 225/75R15 PARA USO EM D-20 OU S10. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO; FRONTIER	GOODYEAR - KELLY EDGE SUV	GOODYEAR	UN	04	577,00	2.308,00
117	PNEU RADIAL 265/65R17 PARA CAMIONETA, INDICE DE CARGA MINIMA 112(180KG POR PNEU). INDICE DE VELOCIDADE MINIMO S. PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO: FORD RANGER	GOODYEAR – WRANGLE ARMORTRAC	GOODYEAR	UN	12	592,00	7.104,00
118	PNEU RADIAL 265/75R16 PARA CAMIONETA INDICE DE CARGA MINIMO 123/120 TREADWEAR 340 TRAÇÃO ASFALTO “A” DISSIPACÃO DE CALOR “B” PADRÃO DE QUALIDADE FIRESTONE, PIRELLI, GOODYEAR OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO; FORD F350	GOODYEAR – WRANGLER RTS	GOODYEAR	UN	30	963,00	28.890,00
119	PNEU RADIAL 275/80R22.5 PARA CAMINHÕES N° DE LONAS 16 PARA USO EM RODAS DE TRAÇÃO, BORRAC HUDO, INDICE DE CARGA MINIMO	GOODYEAR -ARMOR MAX MSD	GOODYEAR	UN	322	1.958,00	630.476,00

	149/146. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO K. RODOVIAS DE PISO MISTO. DESENHO CONFORME TIPO PIRELLI TG85, GOODYEAR G677 MSD OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO: CAMINHÃO FORD CARGO 2422E 6X2 FORD CARGO 2629E 6X4 ONIBUS MB OF 1519R						
120	PNEU RADIAL 275/80R22.5 PARA CAMINHÕES. Nº DE LONAS 16. PARA USO EM RODAS DIRECIONAIS/LISO.INDICE DE CARGA MINIMO 149/146. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO K. RODOVIAS DE PISO MISTO. DESENHO CONFORME TIPO PIRELLI FG85, GOODYEAR G686, BRIDGESTONE M840 OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO: CAMINHÃO FORD CARGO 2422EE 6X2 FORD CARGO 2629E 6X4 ONIBUS MB OF 1519R.	GOODYEAR – ARMORSTEEL KELLY MSA II	GOODYEAR	UN	188	1.702,00	319.976,00
121	PNEU RADIAL 7.50R16 PARA MICRO ONIBUS. Nº DE LONAS 12. PARA USO EM RODAS DE TRAÇÃO, BORRACHUDO, INDICE DE CARGA MINIMO 121/120. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO J. DESENHO CONFORME TIPO PIRELLI FG85, GOODYEAR G32 OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO? MICRO ONIBUS VOLARE A6.	GOODYEAR – G49	GOODYEAR	UN	42	857,00	35.994,00
122	PNEU RADIAL 7.50R16 PARA MICRO ONIBUS. Nº DE LONAS 12. PARA USO EM RODAS DE TRAÇÃO, BORRACHUDO, INDICE DE CARGA MINIMO 121/120. INDICE DE VELOCIDADE MINIMO J. RODOVIAS DE PISO MISTO. DESENHO CONFORME TIPO PIRELLI FG85, GOODYEAR G32 OU SIMILAR. UTILIZAÇÃO? MICRO ONIBUS VOLARE A6.	GOODYEAR – G32	GOODYEAR	UN	10	790,00	7.900,00

PNEUS DE PROCEDENCIA NACIONAL.

Pneus novos 1ª linha com garantia: 5 (cinco anos), iso e atende as normas ABNT vigentes.

Validade da proposta: 60(sessenta) dias.

Os preços cotados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas,

frete e seguros.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6 meses

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no item 3 do Edital.

Xanxerê, 12 de março de 2021.

17.092.175/0001-79
I. E. 256875936
PNEULOG - ME
Rua Presidente Getúlio Vargas, 288
Centro - CEP 89820-000
XANXERÊ - SC

RAFAEL LUIZ MORETTO
VICINI:00697927989
Assinado de forma digital por RAFAEL LUIZ MORETTO
VICINI:00697927989
Dados: 2021.03.12 15:59:09 -03'00'

Rafael Luiz Moretto Vicini
Administrador
CPF: 006.979.279-89
Pneulog Comércio de Pneumáticos Eireli-ME



São Paulo, 01 de janeiro de 2021

REVENDEDORA OFICIAL

A **GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Intendência, 91, Portão A – Prédio Administrativo, Brás, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.500.246/0001-54 e com estabelecimento industrial localizado na Avenida Affonso Pansan, nº 3415, Rodovia Anhanguera, KM 128, Americana, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.500.246/0016-30, declara para os devidos fins, que a **PNEULOG COM DE PNEUM EIRELI ME – CNPJ: 17.092.175/0001-79** revende pneus de nossa fabricação, aprovados pelo Inmetro. Declara ainda que garante os produtos de nossa fabricação objetos da licitação, quanto à mão de obra e matéria prima empregada na manufatura dos mesmos.

Esta declaração é válida até 01/01/2022.

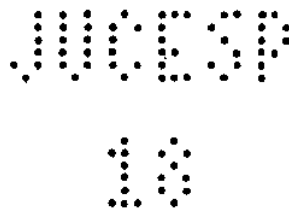
Antonio Dimas Roncolati
Diretor de PBU Consumer

Eduardo Heneine Gualberto
Diretor de PBU Commercial



Documento assinado por
ANTONIO DIMAS
RONCOLATI com o CPF :
091.547.928-19 na data
14/01/2021 13:20:43 como
Procurador Goodyear

Documento assinado por
EDUARDO HENEINE
GUALBERTO com o CPF
: 268.423.698-43 na data
05/01/2021 13:12:01 como
Procurador Goodyear



JUCESP PROTOCOLO
0.754.519/20-0



**ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DA GOODYEAR DO BRASIL
PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.**

CNPJ/ME nº 60.500.246/0001-54

NIRE 35.203.861.298

1. Data, hora e local: aos 5 (cinco) dias do mês de outubro de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda. ("**Sociedade**"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Intendência, 91, Portão A – Prédio Administrativo, Brás, CEP 03015-010.

2. Convocação e Presença: dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 ("**Código Civil**"), tendo em vista o comparecimento dos sócios e titulares de direito de voto representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: (i) **THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Ohio, Estados Unidos da América, com sede 200 Innovation Way, Akron, Ohio, 44316, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.710.829/0001-00, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Jeffry Lynn Havlin Jr.**, norte-americano, casado, contador, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 5.001, Jardim Paulista, CEP 01401-002, portador da Carteira de Identidade RNE nº V446004-W e inscrito no CPF/ME sob o nº 232.052.958-62; e (ii) **GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em Wilmington, County of New Castle, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.128.944/0001-28 neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Jeffry Lynn Havlin Jr.**, acima qualificado.

3. Ordem do dia: Deliberar sobre (i) destituição do Sr. Jeffry Lynn Havlin Jr. do cargo de Diretor de Finanças; (ii) a eleição do Sr. Fabio Carneiro Quintela de Carvalho ao cargo de Diretor de Finanças; e (iii) a consignação e ratificação dos mandatos dos membros remanescentes da Diretoria.

4. Deliberações: As sócias representando a totalidade do capital social aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas:

(i) A destituição do Sr. **Jeffry Lynn Havlin Jr.**, norte americano, casado, contador, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RNE nº V446004-W e inscrito no CPF/ME sob nº 232.052.958-62, exclusivamente do cargo de Diretor de Finanças. O Sr. **Jeffry Lynn Havlin Jr.** Continuará a ocupar o cargo Diretor Presidente da Sociedade.

GED - 5202438v1



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 78881103213194562320-1
Data: 11/03/2021 16:39:31
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG26171-U0E1;



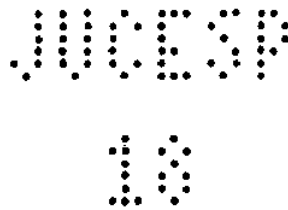
CNJ 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





(ii) A eleição do Sr. **Fabio Carneiro Quintela de Carvalho**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 27.811.142-7, emitida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 296.361.588-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 5001, CEP 01401-002, para o cargo de Diretor de Finanças da Sociedade. O Sr. **Fabio Carneiro Quintela de Carvalho** permanecerá em seu cargo até 6 de fevereiro de 2021 ou até que seja deliberada a sua substituição ou reeleição, conforme o caso;

(iii) Consignar e ratificar que, em decorrência das alterações aprovadas acima, a composição consolidada da Diretoria da Sociedade será a seguinte: Srs. (a) **Jeffry Lynn Havlin Jr.**, norte americano, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RNE nº V446004-W e inscrito no CPF/ME sob o nº 232.052.958-62, ocupando o cargo Diretor Presidente; (b) **Fabio Carneiro Quintela de Carvalho**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.811.142-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 296.361.588-43, ocupando o cargo de Diretor de Finanças; (c) **Antônio Dimas Roncolati**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.784.578-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 091.547.928-19, ocupando o cargo de Diretor PBU Consumer; (d) **Igor Lopes**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 30.815.192 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 288.836.078-05, ocupando o cargo de Diretor da Cadeia de Suprimentos; (e) **Eduardo Heneine Gualberto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.319.056-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 268.423.698-43, ocupando o cargo de Diretor PBU Comercial e OTR; (f) **Rodrigo Aranha de Azevedo Saez**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.111.542-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 188.343.668-08, ocupando o cargo de Diretor de Recursos Humanos; e (g) **Alfredo Gamboa Oliveros**, colombiano, casado, engenheiro, portador do Registro Nacional Migratório RNM nº F005304K e inscrito no CPF/ME sob o nº 241.709.308-19, ocupando o cargo de Diretor de Manufatura – Fábrica de Americana – SP, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 5001, Jardim Paulista, CEP 01401-002;

(iv) O Diretor ora eleito toma posse no cargo de Diretor de Finanças na presente data mediante a assinatura desta ata. Todos os demais membros da Diretoria foram nomeados e empossados por meio da Ata de Reunião de Quotistas da Sociedade, datada de 6 de fevereiro de 2020, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 83.748/20-9, em sessão de 6 de março de 2020 e, conforme ali estabelecido, permanecerão investidos em seus cargos até que o seu mandato se encerre em 6 de fevereiro de 2021 ou até que seja deliberada a sua substituição ou reeleição, conforme o caso; e

(v) Os diretores, declaram, sob as penas da lei e para os fins do disposto no artigo 1.011, parágrafo primeiro, do Código Civil, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei, que os impeçam de assumir os cargos para os quais foram nomeados e de exercer as

GED - 5202438v1

2



JUCESP

10

funções a eles relativas, não estando, assim, impedidos, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, sendo desde logo, neste ato, investidos de todos os poderes e autoridade necessários à administração da Sociedade, observadas as limitações constantes do Contrato Social da Sociedade.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada pela unanimidade dos presentes e assinada por todos, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo indicadas. Assina também a presente, o Diretor eleito.

São Paulo, 5 de outubro de 2020.

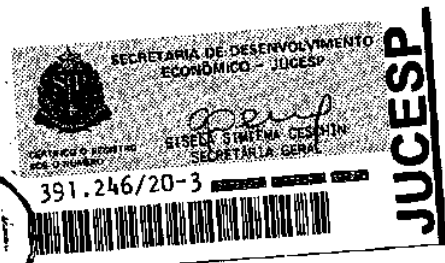
Sócias:

**THE GOODYEAR TIRE & RUBBER
COMPANY**
p.p Jeffrey Lynn Havlin Jr

**GOODYEAR INTERNATIONAL
CORPORATION**
p.p. Jeffrey Lynn Havlin Jr

Diretor Eleito:

**FABIO CARNEIRO QUINTELA DE
CARVALHO**



Testemunhas:

1.

Nome: Luis Guilherme de Souza Silva
RG: RG: 30.267.600-4 SSP/SP
CPF: CPF: 355.147.028-63

2.

Nome: Lawrence Santini Echouque
RG: RG: 43.127.670-3 SSP/SP
CPF: CPF: 360.198.918-28

DEO - 5209438v1

3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **11/03/2021 16:51:14 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 78881103213194562320-1 a 78881103213194562320-3

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcc5a2c2c319736fa8762895490eac03a7d793460a852d307fb5b43e5d2078328aaeb357d36ecbf5bedf466d1a7f8d31512e9d677c7483747f216a1470bed734



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.**(CNPJ/ME nº 06.580.246/0001-54
NIRE 35.203.861.298)

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

(1) **THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Ohio, Estados Unidos da América, com sede em Akron, no Estado de Ohio, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.710.828/0001-00, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Jeffrey Lynn Havin Jr**, norte americano, casado, contador, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Ruy Carneiro Lins A1150m, 5.001, Jardim Paulista, CEP 04141-1001, portador da Carteira de Identidade RNE nº4466004 W e inscrito no CPF/ME sob o nº 232.052.958-62, conforme procuração e respectiva tradução juramentada anexas;

(2) **GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Filadélfia, Estados Unidos da América, com sede em Wilmington, County of New Castle, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.128.944/001-28, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Jeffrey Lynn Havin Jr**, norte americano, conforme procuração e respectiva tradução juramentada anexas;

únicas sócias da sociedade empresária limitada, **GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.**, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Intendência, 91, Portão A – Prédio Administrativo, Brás, CEP 03015-010, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 35.203.861.298, em sessão de 12 de setembro de 1986 e última alteração contratual arquivada na JUCESP sob o nº 040.432/19-1, em sessão de 2 de janeiro de 2020 (“**Sociedade**”), têm entre si justo e contratado o seguinte:

1. Alteração do Objeto Social. As sócias resolvem, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, alterar o objeto social da Sociedade, a fim de incluir a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imóveis;

1.1. Em decorrência da deliberação tomada acima, as sócias resolvem alterar o Artigo 4º do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“ARTIGO 4º - A Sociedade tem por objeto:

- (a) fabricação, compra e venda de pneumáticos e câmaras de ar de todos os tipos e espécies, bem como outros artigos de borracha, em todos os seus graus, de borracha natural ou sintética e outros produtos similares;
- (b) participação em empreendimentos comerciais, industriais ou de outra natureza permitidos em lei;
- (c) exportação e importação em geral, por conta própria ou por conta de terceiros;

PARÁGRAFO ÚNICO - O termo do mandato de todos os Diretores, independentemente do prazo de duração, terá o mesmo prazo o cargo sempre coincidente.

3. Do Capital Social. As sócias resolvem alterar o Capítulo 5º do Contrato Social da Sociedade para refletir as novas disposições do Capítulo 2º do Contrato de Penhor de Quotas e Outras Avenças celebrado em 9 de agosto de 2015 entre a **Sócia THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY** e o banco **JPMORGAN CHASE BANK, N.A.**

3.1. Em razão da deliberação acima, o Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação:

“PARÁGRAFO TERCEIRO - A **Sócia THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY** possuiu quotas representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com os termos e condições estabelecidos no: (i) Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau (“**First Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 08 de abril de 2005, conforme aditado e consolidado por meio do (a) Primeiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau (“**First Amendment and Restatement to the First Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 26 de abril de 2007, (b) Segundo Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau (“**Second Amendment and Restatement to the First Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 19 de abril de 2012; e (c) Terceiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau (“**Third Amendment and Restatement to the First Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 07 de abril de 2016; (d) Quarto Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau (“**Fourth Amendment and Restatement to the First Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 9 de abril de 2020, sendo os dois últimos celebrados entre a **Sócia THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY**, na qualidade de empenhante (“**Pledgor**”), **JPMORGAN CHASE BANK, N.A.**, uma instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis dos Estados Unidos da América, na qualidade de beneficiária (“**Pledgee**”) e agente de garantias (“**Collateral Agent**”), representando os Credores em Primeiro Grau (conforme definido naquele contrato), no âmbito do Contrato de Crédito de Primeiro Grau (“**First Lien Credit Agreement**”), datado de 08 de abril de 2005, conforme aditado e consolidado em 20 de abril de 2007, em 19 de abril de 2012 e em 07 de abril de 2016 (“**Amendment and Restated First Lien Credit Agreement**”), e a **Sócia GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION**, na qualidade de interveniente anuente; e (ii) Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau (“**Second Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 08 de abril de 2005, conforme aditado e consolidado por meio do (a) Primeiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau (“**First Amendment and Restatement to the Second Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 20 de abril de 2007; (b) Segundo Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau (“**Second Amendment and Restatement to the Second Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 19 de abril de 2012; (c) Terceiro Aditamento ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau (“**Third Amendment to the Second**

- (d) operações agrícolas, bem como atividades e empreendimentos relacionados às mesmas com esse grupo;
- (e) prestação de serviços e atividades de natureza técnica e técnicas em todas as atividades mencionadas neste artigo, inclusive através de subcontratação e cessão de mão de obra;
- (f) compra e venda de rodas, bem como de outros peças e acessórios para veículos automotores;
- (g) sublicença ou venda de softwares necessários para gerenciamento e controle de todo o ciclo de vida de pneumáticos;
- (h) prestação de quaisquer tipos de serviços a terceiros, que importem na utilização de sua capacidade disponível, representado por mão de obra, maquinário, técnicas, equipamentos e demais meios de gestão empresarial e de realização de suas atividades, respeitadas as prescrições legais;
- (i) compra, venda e aluguel de equipamentos a serem utilizados na gestão e controle de todo o ciclo de vida dos pneus;
- (j) geração, captação e comercialização de energia elétrica através de lucros de geração;
- (k) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imóveis;
- (l) participação em outras sociedades.”

2. Alteração das formas de Administração. Ato subsequente, as sócias resolvem reformular os artigos referentes às formas de administração da Sociedade, passando o Artigo 14 e o Artigo 17 a vigorar com a seguinte nova redação:

“ARTIGO 14 A Sociedade é administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 17 (dezanove) membros, sendo que os seguintes cargos de Diretoria terão designação específica: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor de Finanças; (iii) Diretor de Manufatura – Fábrica de Americana – SP; (iv) Diretor de Recursos Humanos; (v) Diretor PDI Comercial & OTE; (vi) Diretor PDI Consumer; e (vii) Diretor de Cadeia de Suprimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria designada pelas sócias terá exclusiva autoridade para, controladamente, gerenciar e administrar a Sociedade.

ARTIGO 17 Em caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, seja por destituição ou renúncia do Diretor ou, ainda, por autos rescisórios de qualquer natureza, a Diretoria da Sociedade não logo será reconhecida possível para indicação de membro substituto que exercerá provisoriamente as funções do substituído até o final de seu mandato. Será permitido a um Diretor ocupar mais de um cargo de forma interina até que o Diretor substituído seja efetivamente empossado.

Lien Quota Pledge Agreement”, datado de 13 de outubro de 2015; (f) Quarto Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau (“**Fourth Amendment to the Second Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 07 de março de 2017, e (g) Quinto Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau (“**Fifth Amendment and Restatement to the Second Lien Quota Pledge Agreement**”), datado de 21 de março de 2018, celebrados entre a **Sócia THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY**, na qualidade de empenhante (“**Pledgor**”), **DEUTSCHE BANK TRUST COMPANY AMERICAS**, uma instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Nova York, Estados Unidos da América, na qualidade de beneficiária (“**Pledgee**”) e agente de garantias (“**Collateral Agent**”), representando os Credores em Segundo Grau (conforme definido naquele contrato), no âmbito do Contrato de Crédito de Segundo Grau (“**Second Lien Credit Agreement**”), datado de 08 de abril de 2005, conforme aditado e consolidado em 20 de abril de 2007, em 19 de abril de 2012, e em 21 de março de 2018, e conforme aditado em 13 de outubro de 2015 e 07 de março de 2017 (“**Amendment and Restated Second Lien Credit Agreement**”), e a **Sócia GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION**, na qualidade de interveniente anuente.”

4. Consolidação do Contrato Social. Por fim, as sócias resolvem ratificar todas as demais cláusulas do Contrato Social da Sociedade não expressamente modificadas por este instrumento. Em razão das deliberações acima, resolvem as sócias, ainda, consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

**“CONTRATO SOCIAL DA
GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.”**

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO LEI APLICÁVEL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º A Sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.** e é regida pelo presente Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

ARTIGO 2º A Sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Intendência, 91, Portão A, Meio Administrativo, Brás, CEP 03015-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.580.246/0001-54.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Sociedade poderá, por deliberação da Diretoria ou das Sócios, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios, desde que os demais requerimentos e qualquer parte do no Brasil ou no exterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Sociedade possui as seguintes filiais:

- (a) A Sociedade mantém filiais, nas seguintes localidades:



CAPÍTULO II

ရဲဘော်စုံစုံနှင့်အ

ARTIGO 4º A Sociedade tem por objeto:

- (b) fabricação, compra e venda de pneumáticos e câmaras de ar de todos os tipos e espécies, bem como outros artigos feitos, de todo, ou em parte, de borracha natural ou sintética e outros produtos similares;
- (c) participação em empreendimentos comerciais, industriais ou de outra natureza permitidos em lei;
- (d) exportação e importação em geral, por conta própria ou por conta de terceiros;
- (e) operações agrícolas, bem como atividades e experiências relacionadas ou conexas com esse ramo;
- (f) prestação de serviços e assistência técnica a terceiros em locais às atividades mercantis neste artigo, inclusive através de administração e cessão de mão de obra;
- (g) compra e venda de móveis, bem como de outras peças e acessórios para veículos automotores;
- (h) sublocação ou venda de softwares necessários para gerenciamento e controle de toda a produção de vida de pneumatizados;
- (i) prestação de quaisquer tipos de serviços a terceiros, que impliquem na utilização da sua capacidade disponível, representado por mão de obra, equipamentos, terrenos, equipamentos e demais meios de gestão empresarial e de realização de suas atividades, mediante as prescrições legais;
- (j) compra, venda e aluguel de equipamentos a serem utilizados na gestão e controle de toda a produção de vida dos pneus;
- (k) geração, captação e comercialização de energia elétrica através de turbinas de geração;
- (l) intermediação e organização de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e
- (m) participação em outras sociedades.

CAPÍTULO III

CAPITAL SOCIETY

ARTIGO 3º O capital social, hoje inteiramente integralizado, é de R\$ 759.001.074,00 (setecentos e cinquenta e nove milhões e um mil e setenta e quatro Reais), dividido em 759.001.074 (setecentos e cinquenta e nove milhões e uma mil e setenta e quatro) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, assim distribuídas da seguinte forma:

SÓCIAS	QUOTAS	VALOR NOMINAL (R\$)
MIL GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY	738.916,769	738.916.769,00
GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION	81.205,00	81.205,00

CITL 5300

PARAGRAFO PRIMEIRO—A responsabilidade de cada sócia é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, mas ambas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ação mineralizatória não poderá alienar, ceder ou por outra forma transferir suas quotas a terceiros sem antes oferecê-las à ação majoritária e à Sociedade, que terão preferência, nesta ordem, para adquirir, nas dentro dos 120 (cento e vinte) dias que se seguirem à oferta por escrito que for formulada. Findo tal prazo sem que a aquisição se consuma, as quotas poderão ser transferidas a terceiros em todas condições e preço pelo menos iguais ao da oferta original. Não se consumando a alienação, a terceiros dentro dos 30 (trinta) dias seguintes, o proponente ao qual estabelecido deverá ser novamente observado para a elevação de qualquer transferência.

MARAFRACO TERCERIZADO A c/cia THE GOODYEAR TYRE & RUBBER COMPANY representa queha nunciou os seus 65% (sessente e cinco por cento) da capital social na Sociedade, de acordo com os termos e condições estabelecidos no: i) Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau ("First Lien Quedge Agreement"), datado de 08 de abril de 2009, conforme alterado e consolidado pelo meio do (a) Primeiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau ("First Amendment and Restatement to the First Lien Quedge Agreement"), letatado de 20 de abril de 2007; ii) Segundo Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau ("Second Amendment and Restatement to the First Lien Quedge Agreement"), datado de 19 de abril de 2002 e iii) Terceiro Aditamento e Consolidção ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau ("Third Amendment and Restatement to the First Lien Quedge Agreement"), datado de 07 de abril de 2016; d) Quarto Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Primeiro Grau ("Fourth Amendment and Restatement to the First Lien Quedge Agreement"), datado de 1 de maio de 2020, sendo os dois últimos celebrados entre o vicia THE GOODYEAR TYRE & RUBBER COMPANY, na qualidade de empreiteira ("Pleditor"). JPMORGAN Chase BANK N.A., uma instituição financeira constituída e existente atualmente com as leis dos Estados Unidos da América, na qualidade de beneficiária ("Pledgee") a agente de liquidez ("Collateral Agent"), representando os Credores em Primeiro Grau (conforme ditos "daquele contrato"), na âmbito do Conselho de Crédito de Primeiro Grau ("Creditors' Committee") criado em 20 de março de 2005, e atualizado em 20 de maio de 2005, 20 de setembro de 2005, 20 de novembro de 2005, 20 de janeiro de 2006, 20 de fevereiro de 2006, 20 de março de 2006, 20 de junho de 2006, 20 de julho de 2006, 20 de agosto de 2006, 20 de outubro de 2006, 20 de dezembro de 2006, 20 de fevereiro de 2007, 20 de abril de 2007, 20 de maio de 2007 e 20 de julho de 2016 ("Amended and Restated First Lien Credit Agreement"); e a c/cia GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION, na qualidade de interveniente arrojete, e ii) Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau ("Secund Lien Quedge Pledge Agreement"), datado de 08 de abril de 2005, (conforme aditado e consolidado pelo meio do (a) Primeiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau ("First Amendment and Restatement to the Second Lien Quedge Pledge Agreement"), datado de 20 de abril de 2007, ii) Segdo. Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau ("Second Amendment and Restatement to the Second Lien Quedge Pledge Agreement"), datado de 19 de abril de 2002 e iii) Terceiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Penhor de Quotas em Segundo Grau ("Third Amendment and Restatement to the Second Lien Quedge Pledge Agreement"), datado de 07 de abril de 2016.

[illegible]

CAPÍTULO IV

REUNIÕES DE SÓCIAS

ARTIGO 6º Dependem da deliberação das sócias, tomada em Reunião das Sócias, além de outras matérias indicadas em lei ou neste Contrato Social:

- (A) a remuneração de Diretores;
- (B) a aprovação no Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras obrigatórias por lei e a distribuição do lucro anual;
- (C) medidas a serem tomadas contra os Direitos da Sociedade devido a atos ou omissões prejudiciais à Sociedade;
- (D) a transformação, a fusão, a incorporação, a cisão, a dissolução e a liquidação;
- (E) a alienação de imóveis;
- (F) a alienação de outros bens do ativo permanente de valor relevante;
- (G) a hipoteca, a penhora, ou a alienação de bens relevantes do ativo permanente.

ARTIGO 7º A Reunião de Sócios realiar-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade exigirem decisão dos sócios.

ARTIGO 8º A Reunião de Sócios será convocada por qualquer dirente, e, nos casos previstos em lei, pelas sócias, através de comunicação escrita, declarando os assuntos a serem tratados, a data, a hora e o local da reunião, entregue às sócias com uma antecedência de 5 (cinco) dias. Considerar-se-á dispensada a convocação quando ambas as sócias comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, a falta do local, data, hora e Ordem do Dia.

ARTIGO 9º As sócias podem ser representadas nas reuniões por procurador devidamente habilitado.

ARTIGO 10 Cada nota dá direito a um voto nas eleições das séries

405132



Autenticação Digital Código: 78881103218412453401-2
Data: 11/03/2021 15:21:52
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG25794-U0PQ:



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>


Válber Azevêdo de M.
Titular



PARÁGRAFO ÚNICO - Exceto se de outra forma estipulado por lei ou disposto neste Contrato Social, as deliberações que afetarem interesses sociais representados pela maioria do capital social, inclusive aquelas que alterem a estrutura da Sociedade em termos de sua organização societária.

ARTIGO 11 As Reuniões de Sócios serão instaladas com a presença de titular(es) de quotas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

ARTIGO 12 A Reunião de Sócios será presidida pelo Diretor Presidente e secretariada pelo Diretor de Finanças.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de ausência do Diretor Presidente ou do Diretor de Finanças, as Sócios escolherão dentre os presentes os respectivos substitutos.

ARTIGO 13 As deliberações adotadas nas Reuniões de Sócios constarão de ata e serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos presentes.

CAPÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 14 A Sociedade é administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 17 (dezessete) membros, sendo que os seguintes cargos da Diretoria terão designação específica: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor de Finanças; (iii) Diretor de Manufatura - Fábrica de Americana - SP; (iv) Diretor de Recursos Humanos; (v) Diretor P&U Commercial & OTR; (vi) Diretor P&U Consumer; e (vii) Diretor da Cadeia de Suprimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria designada pelas Sócios terá exclusiva autoridade para, centralizadamente, gerenciar e administrar a Sociedade.

ARTIGO 15 Os Diretores poderão ser sôcios ou não e serão designados para mandatos de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Diretores permanecerão em seus cargos até que os novos Diretores sejam designados e empossados.

ARTIGO 16 Os Diretores terão a remuneração que lhes for fixada pelas Sócios em função da natureza de seus respectivos cargos, desde que, entretanto, que a Sociedade contrate outros serviços remunerados de natureza especial com membros da Diretoria.

ARTIGO 17 Em caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, suje por sua função ou renúncia do Diretor ou, a não, por outros motivos de lei ou de fato, restará em aberto o cargo de Sócios até logo seja nomeado o substituto para indicação de membro substituto que exercerá provisoriamente as funções até o final de seu mandato. Será permitido a um Diretor ocupar mais de um cargo de forma interina até que o Diretor substituto seja oficialmente empossado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O termo do mandato de todos os Diretores, independentemente da data de sua eleição para o cargo será sempre coincidente.

ARTIGO 18 As Reuniões da Diretoria deverão realizar-se com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros.

ARTIGO 24 Os Diretores poderão ser designados no contrato social ou em ato separado, sendo que a designação dos diretores poderá ser aprovada por unanimidade das Sócios enquanto o capital não estiver constituído, e, após a constituição, no mínimo, após a incorporação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os diretores designados em ato separado, investem-se nos cargos mediante termo de posse no livro de atas da administração.

ARTIGO 25 Todos os cheques, ordens de pagamento, notas de dívida, contratos e quaisquer outros documentos, bem como a prática de atos ou operações que envolvam responsabilidades para a Sociedade ou a liberação de garantias de responsabilidade, para com a, deverão ser assinados:

- por quaisquer 2 (duas) dos seguintes diretores: Diretor Presidente; Diretor de Finanças; Diretor de Manufatura - Fábrica de Americana - SP; Diretor de Recursos Humanos; Diretor P&U Commercial & OTR; Diretor P&U Consumer e Diretor da Cadeia de Suprimento;
- por 1 (um) dos diretores acima mencionados, em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído para esse fim e de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos; ou
- por 1 (um) ou mais procuradores, devidamente constituídos para esse fim e na extensão dos poderes que lhes forem dados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As procurações outorgadas pela Sociedade serão assinadas na forma prevista no item "b" do Artigo 25 e terão prazo de validade determinado a vedação o subestabelecimento, com exceção daquelas que contiverem as palavras "ad Judicia" cujos poderes poderão ser subestabelecidos por prazo indeterminado, e também daquelas que contiverem os poderes para a terceiros exercer funções administrativas por meio do interinário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É expressamente vedado e será nulo e inoperante com relação à Sociedade, o ato praticado por qualquer Diretor ou funcionário da Sociedade que envolva em operações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, que sejam fianças ou quaisquer garantias de favor a terceiros, salvo quando expressamente autorizado pela Diretoria.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 26 O exercício social coincidirá com o ano civil.

ARTIGO 27 Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as Demonstrações Financeiras previstas em lei.

ARTIGO 28 A Sociedade levantará balanços semestrais, ficando a Diretoria deliberar sobre a distribuição dos lucros apurados nesses balanços.

PARÁGRAFO ÚNICO Também por deliberação da Diretoria, a Sociedade deve levantar balanços e demonstrar balanços verificadas em períodos menores, observadas as disposições legais vigentes.

ARTIGO 19 A Diretoria terá as atribuições e poderes necessários para garantir o perfeito funcionamento da Sociedade, sempre na competência e no prazo das seguintes:

- a administração geral dos negócios da Sociedade;
- a observância e a exigência de observância, das disposições do Contrato Social e das deliberações das Reuniões de Sócios;
- propor, respeitando as disposições legais vigentes, a distribuição de lucros, e a aplicação de lucros líquidos anuais em fundos de reserva ou, em outras contas;
- deliberar sobre a distribuição de lucros parciais em que qual época do ano;
- preparar o Relatório Anual sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício findo, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras;
- preparar os orçamentos anuais e plurianuais, financeiros e de atividades;
- emitir ou aprovar regulamentos internos que julgar úteis ou necessários;
- a decisão sobre a duração de mandatos e a nomeação dos representantes que agirão em nome da Sociedade, bem como designação de seus poderes e poderes;
- a representação legal, ativa e passiva, judicial e extrajudicial na Sociedade, sendo que cada Diretor responderá a Sociedade nos limites de suas atividades e funções.

ARTIGO 20 Compete ao Diretor Presidente:

- a Administração e a Supervisão Geral dos negócios, inclusive dos relativos à política industrial e comercial;
- a responsabilidade pela execução dos planos anuais e plurianuais;
- a presidência das Reuniões de Sócios e da Diretoria.

ARTIGO 21 Compete ao Diretor de Finanças:

- os assuntos de ordem financeira, contábil e de planejamento, e a preparação periódica de relatórios financeiros, provisões orçamentárias e outros julgados úteis ou necessários;
- crédito e cobranças;
- a execução de outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 22 O Diretor de Manufatura - Fábrica de Americana - SP, sem prejuízo de quaisquer outras atribuições que lhe sejam outorgadas pela Reunião de Sócios ou pela Diretoria, é responsável pela direção da fábrica situada pela Sociedade e quaisquer atividades conexas, incluindo-se aquelas desenvolvidas nas unidades/filiais localizadas na (i) Avenida Jucelino Kubitschek 550, na Cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo; e (ii) Rua Itaipavense 91, pontões A e B, Bairro Bela-zinha, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

ARTIGO 23 O Conselheiro Jurídico, no exercício da profissão de advogado, é responsável pelo aconselhamento e orientação sobre assuntos de natureza jurídica que tenham impacto sobre os negócios e operações da Sociedade e quaisquer atividades conexas, além de quaisquer outras atribuições que lhe sejam outorgadas pela Reunião de Sócios ou pela Diretoria.

CAPÍTULO VII

CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

ARTIGO 29 A retirada, a exclusão ou a extinção de qualquer sócio não acarretará a dissolução da Sociedade. Em qualquer destas hipóteses, as quotas de Sócios que se retirar, faltar ou em recuperação judicial ou extrajudicial serão adquiridas pela Sociedade ou pelo sócio remanescente de sua valor patrimonial calculado pelos auditores da Sociedade com base em balanço, especificamente: convertido para o valor em dinheiro, o valor da participação social, dentro de 120 (cento e vinte) dias da data da ocorrência do fato, falência ou recuperação judicial, ou extrajudicial procedendo-se então à venda alienação do contrato social, com a assinatura de sócio remanescente. Em qualquer hipótese, a sócia remanescente deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, recompor o quadro social.

CAPÍTULO VIII

EXCLUSÃO DE SÓCIA

ARTIGO 30 Por decisão da sócia majoritária tomada em reunião especialmente convocada para esse fim, a sócia minoritária poderá ser excluída da Sociedade, por justa causa. A sócia minoritária deverá ser notificada com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias da data da realização da reunião para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Uma vez a prova de exclusão da sócia minoritária, suas quotas serão adquiridas pela Sociedade, se, no condizente de momento assim parecerem, ou pela sócia majoritária, pelo valor patrimonial de referidas quotas, constante do último Balanço Patrimonial levantado pela Sociedade. O valor do pagamento devido será efetuado em até 3 (três) parcelas, mensais e consecutivas, com base monetariamente ajustado seu efetivo pagamento de acordo com o índice então estabelecido pelas autoridades governamentais para refletir a desvalorização da moeda nacional no período. A sócia majoritária deverá recompor a Sociedade com terceiros dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

CAPÍTULO IX

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 31 Em caso de liquidação da Sociedade, o procedimento legal será adotado e observado, com a nomeação pelo voto de Sócios representando a maioria do capital social de um ou mais liquidantes para operar a Sociedade durante a liquidação.

CAPÍTULO X

ALTERAÇÕES

ARTIGO 32 Este Contrato Social poderá ser alterado, em qualquer de seus artigos e a qualquer tempo, mediante deliberação de Sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. A aprovação de Sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social também será necessária para a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a criação de seu estatuto de liquidação.



JUCESP

18

CAPÍTULO XI
FORO

ARTIGO 33 Para a manutenção e cumprimento dos direitos e das obrigações inerentes a este Contrato e para todos os casos de disputa daqui provenientes, sua competência a foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, agora ou no futuro.

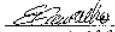
É, por estarem assim justas e contratadas, as sócias assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas

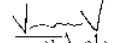
São Paulo, 4 de novembro de 2020.

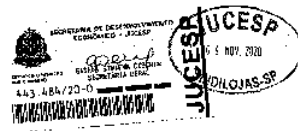
THE GOODYEAR TIRE & RUBBER COMPANY
Jeffrey Lynn Havlin Jr.

GOODYEAR INTERNATIONAL CORPORATION
Jeffrey Lynn Havlin Jr.

Testemunhas:

1. 
Nome: EJA CARVALHO
RG: 19.016.439-5
CPF: 056.730.638-06

2. 
Nome: Vitor Vitor
RG: 34.358.986-3
CPF: 369.855.998-09



13

13



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - (RFEI)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Declaração

091120

Fu, Jeffrey Lynn Havlin Jr., portador da Carteira de Identidade nº V468004W inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 232.052.958-02, na qualidade de titular, salvo o responsável legal da empresa GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado na: Rua Intendência, 91 - Ponto A, Brás, SP - São Paulo, CEP 00015-210, para exercer suas atividades regularmente **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24 §2º, do Decreto Estadual nº 56.653/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VALIDO** obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou quaisquer outras condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade assumindo desde o momento da alteração a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado - presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura ou, por titular, sócio ou controlista vinculado ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), diretamente no site da JUCESP, através do módulo de licenciamento mediante uso da respectiva certificação digital.

Jeffrey Lynn Havlin Jr.
RG: V468004W

GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.

13

13

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/78881103218412453401>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 78881103218412453401-4
Data: 11/03/2021 15:21:52
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALG25796-MYJX;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quinta-feira, 11 de março de 2021 15:57:37 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **11/03/2021 16:31:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 78881103218412453401-1 a 78881103218412453401-4

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcc5a2c2c319736fa8762895490eac03a0609a0bf5ef854f99da0b9ed3d2c8a68fb202517855ac59a66c8e705cf54008b11
2e9d677c7483747f216a1470bed734



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
19884	24/12/2020	24/12/2020	24/03/2021

Dados básicos:

CNPJ : 60.500.246/0016-30
Razão Social : GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA
Nome fantasia : GOODYEAR
Data de abertura : 08/02/1973

Endereço:

logradouro: AV AFFONSO PANSAN
N.º: 3415 Complemento: KM 128
Bairro: ANHANGUERA KM 128 Município: AMERICANA
CEP: 13473-620 UF: SP

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
21-45	Importação de pneus e similares - Resolução CONAMA nº 416/2009
21-43	Importação de veículos automotores para uso próprio - Lei nº 8.723/1993
21-3	Utilização de substâncias controladas - Protocolo de Montreal
9-2	Fabricação de câmara de ar, fabricação e condicionamento de pneumáticos
9-6	Fabricação de pneumáticos

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	RFYG7U2NZVTAU2RW
------------------------------	------------------

São Paulo, 05 de dezembro de 2018.

DECLARAÇÃO DE GARANTIA

GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA., garante seus pneus contra defeitos de fabricação por um período de 05 (cinco) anos, contados da data de compra do produto indicado na nota fiscal ou veículo novo como equipamento original. O período de 05 (cinco) anos compreende os 03 (três) primeiros meses de garantia legal, acrescido de 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de garantia contratual.

Na falta da nota fiscal, a garantia será concedida desde que seja comprovada a anomalia por um técnico da Goodyear ou da Revenda Oficial da Goodyear. Para estes casos é obrigatório que os pneus estejam dentro dos 05 (cinco) anos da fabricação, conforme exemplo:

DOT – Y1 6L 21T2 0610

Y1 – Fábrica em que o pneu foi produzido
21T – Tipo e capacidade
06 – Semanas de fabricação

6L – Medida do pneu
2 – Categoria do pneu
10 – Ano de fabricação

Atenciosamente,

GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA.


Antonio Dimas Roncolati
Diretor de PBU Consumer


Eduardo Heneine Gualberto
Diretor de PBU Commercial



Av. Brig. Luís Antônio, 5.001
Itaim Bibi - São Paulo - SP
01401 002 Brasil





Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/78881201212196490111>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 78881201212196490111-2
Data: 12/01/2021 15:42:12
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: AKZ96134-2CV5;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em terça-feira, 12 de janeiro de 2021 15:47:50 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **12/01/2021 16:59:06 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 78881201212196490111-1 a 78881201212196490111-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05beb322762020e4d7022367d47160f358ba302d876a1e27313226e0b778a1dccc6138e415cbd640aa5d3c9f4f388e7d61112e9d677c7483747f216a1470bed734



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 12/03/2021

Nº 34008620

Versão: 01

Data: 12/03/2019

RENOVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome		CNPJ		
GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA		60.500.246/0016-30		
Logradouro		Cadastro na CETESB		
RODOVIA ANHANGUERA		165-78-2		
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município
0	KM 128	SALTO GRANDE	13474-900	AMERICANA

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal						
Descrição Pneus para automóveis, caminhões, ônibus, aeronaves, bicicletas, motocicletas e outros veículos; fabricação de						
Bacia Hidrográfica 14 - PIRACICABA		UGRHI 5 - PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ				
Corpo Receptor CÓRREGO BERTINE		Classe 2				
Área (metro quadrado)						
Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Área do módulo explorado(ha)		
1.282.016,46	182.024,35	20.174,11				
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença de Instalação		
Início	às	Término	Administração	Produção	Data	Número
00:00		23:59	350	1900		

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD Nº	Tipos de Exigências Técnicas
91344260	Ar, Água, Solo, Ruído, Outros

EMITENTE

Local: **AMERICANA**

Esta licença de número 34008620 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

ENTIDADE



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 12/03/2021

N° 34008620

Versão: 01

Data: 12/03/2019

RENOVAÇÃO

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. Os efluentes líquidos do empreendimento deverão ser tratados de modo a atender aos artigos 18 e 11 do regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76, e suas alterações, bem como atender às Resoluções CONAMA nº 357/05 e nº 430/11.
02. A empresa deverá realizar o automonitoramento MENSAL para medir a eficiência do sistema de tratamento de efluentes líquidos, para os parâmetros previstos nos artigos 11 e 18 do regulamento da Lei 997/76, aprovado pelo Decreto 8468/76 e no artigo 16 da Resolução CONAMA nº 430/11, tal monitoramento deverá ocorrer também no corpo hídrico receptor dos efluentes tratados, à montante e a jusante do lançamento. As análises devem ser realizadas em laboratórios acreditados pelo INMETRO, atendendo ao disposto na Resolução SMA N° 100/2013.
Deverá ser apresentado semestralmente à CETESB, nos meses de janeiro e julho de cada ano, o relatório do monitoramento realizado, no qual deverá constar tabela comparativa dos resultados obtidos das amostras com os padrões definidos na legislação vigente bem como as interpretações realizadas pela empresa frente aos resultados.
03. Manter os medidores registradores/totalizadores automáticos de vazão sempre calibrados e em bom estado, nos seguintes pontos: entrada de captação de água superficial do Rio Piracicaba na Estação de Tratamento de Água (ETA); entrada e saída da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); e linha de reuso do
04. Manter as Outorgas de Direito de Uso do DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica válida, referente à captação de água superficial no Rio Piracicaba e subterrânea e de lançamento de efluentes industriais no córrego Bertine (afluente do Rio Piracicaba).
05. As águas de lavagem/limpeza de piso e equipamentos deverão ser recolhidas e encaminhadas para tratamento adequado, não possibilitando seu acúmulo e/ou infiltração no solo.
06. As águas pluviais e as águas de refrigeração, quando contaminadas, deverão ser coletadas separadamente e tratadas.
07. Fica proibido o lançamento de águas pluviais e águas de refrigeração, não contaminadas, nos sistemas de tratamento de efluentes industriais e domésticos.
08. Manter sistema de ventilação local exaustora e equipamentos de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia prática disponível para o lançamento de poluentes na atmosfera, provenientes das operações de misturas de matérias-primas (Misturadores bambury), manuseio e manipulação de produtos químicos, raspadoras de pneus e demais fontes potenciais do empreendimento.
09. Manter em condições adequadas os dispositivos de contenção dos tanques e/ou recipientes similares utilizados para armazenagem de produtos químicos e combustíveis, para receber e guardar eventuais derrames, de modo a evitar poluição do solo e das águas.
10. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas e material particulado na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.
11. As fontes de poluição atmosférica do empreendimento deverão ser controladas de forma a atender aos padrões ambientais estabelecidos pelo Regulamento da Lei Estadual N° 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual N° 8.468/76 e suas alterações, e pelo Decreto N° 59.113/13, bem como não causar incômodos à população vizinha.
12. Apresentar anualmente, todo mês de janeiro, o Inventário de Resíduos Sólidos gerados no empreendimento, o qual deverá conter informações sobre todos os resíduos gerados, suas origens, suas classes, conforme NBR 10.004 da ABNT - Resíduos Sólidos - Classificação, quantidades geradas e estocadas, bem como suas destinações finais e o número do CADRI para os resíduos considerados de interesse ambiental.
13. Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em via pública.
14. Dispor adequadamente os resíduos sólidos industriais e domésticos, de forma a não causar poluição ambiental, atendendo o disposto nos artigos 51 e 52 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8468/76, e suas alterações.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 12/03/2021

N° 34008620

Versão: 01

Data: 12/03/2019

RENOVAÇÃO

15. As vibrações e os ruídos gerados pelas atividades do empreendimento deverão ser controlados de modo a evitar incômodos ao bem estar público.
16. Os resíduos sólidos de classe I - perigosos e de interesse ambiental gerados pelo empreendimento, devem ser adequadamente armazenados conforme a norma NBR 12235 - "Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos" da ABNT e destinados exclusivamente a sistemas de tratamento ou disposição aprovados pela CETESB mediante CADRI - Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental.
17. Apresentar Plano de Monitoramento de Emissões Atmosféricas (PMEA) para todas as fontes fixas de poluição do ar existente na empresa. Tal plano deverá ser elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, e atender o Termo de Referência para a elaboração do Plano de Monitoramento de Emissões, aprovado pela Decisão de Diretoria da CETESB - N° 010/2010/P, de 12 de janeiro de 2010.
Prazo máximo 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão da presente licença.
18. Realizar monitoramento anual das emissões atmosféricas provenientes do sistema de cogeração de energia - COGEN e bianual das emissões atmosféricas provenientes dos equipamentos denominados "bambury". O Relatório de Monitoramento de Emissões Atmosféricas (RMEA) deverá ser elaborado em conformidade com a Decisão de Diretoria da CETESB - N° 010/2010/P, de 12 de janeiro de 2010, por profissional habilitado e acompanhado da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e Termo de Responsabilidade sobre as Informações, bem como deverá conter os dados operacionais dos equipamentos.
19. Quando da solicitação de renovação da presente licença apresentar relatório técnico de cumprimento às exigências técnicas.

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para a produção média anual de 15.000.000 de unidades de pneus para automóveis, caminhões, ônibus, bicicletas, motocicletas e outros veículos, utilizando os seguintes equipamentos:
Unidade: Unidade 1
 - Cabine de pintura (Qtde: 1) (35,00 kW)
 - Caldeira (Qtde: 2) (1.159,00 HP) (18,00 t/h)
 - Caldeira (Qtde: 2) (1.740,00 HP) (27,00 t/h)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (330,00 HP) (348,00 t/d)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (3.800,00 HP) (328,00 t/d)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (2.200,00 HP) (324,00 t/d)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (3.600,00 HP) (288,00 t/d)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (200,00 HP) (199,00 t/d)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (3.500,00 HP) (355,00 t/d)
 - Misturador Bambury (Qtde: 1) (2.500,00 HP) (263,00 t/d)
 - Furadeira (Qtde: 1) (10,00 kW)
 - Furadeira (Qtde: 2) (78,00 cv)
 - Laminadora (Qtde: 1) (1.500,00 HP) (70,00 un/d)
 - Serra de fita (Qtde: 1) (15,00 HP)
 - Tanque e reservat/combustível (Qtde: 4) (5,00 cv) (4.000,00 L)
 - Tanque e reservat/combustível (Qtde: 3) (5,00 cv) (3.800,00 L)
 - Ventilador equipado com motor (Qtde: 161)
 - Balança (Qtde: 10)
 - Calandra (Qtde: 1) (200,00 HP) (70.000,00 m2/d)
 - Calandra (Qtde: 1) (200,00 HP) (70.000,00 m2/d)
 - Calandra (Qtde: 1) (1.517,00 HP) (37.100,00 m2/d)
 - Calandra (Qtde: 1) (250,00 HP) (18.000,00 un/d)
 - Calandra (Qtde: 1) (300,00 HP) (18.000,00 un/d)
 - Tanque (Qtde: 2) (1.000,00 m3)
 - Torre de resfriamento (Qtde: 3) (30,00 kW) (227,12 m3/h)
 - Torre de resfriamento (Qtde: 2) (30,00 kW) (227,12 m3/h)
 - Torre de resfriamento (Qtde: 5) (30,00 kW) (227,12 m3/h)



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 12/03/2021

N° 34008620

Versão: 01

Data: 12/03/2019

RENOVAÇÃO

- Unidade de osmose reversa (Qtde: 1) (20,00 kW)
- Vulcanizadora de pneus (Qtde: 91) (112,00 kW) (679,00 un/d)
- Vulcanizadora de pneus (Qtde: 152) (55,00 kW) (3.612,00 un/d)
- Vulcanizadora de pneus (Qtde: 5) (80,00 kW) (16,00 un/d)
- Moinho (Qtde: 1)
- Sistema de Pesagem de Pigmentos (Qtde: 1)
- Hotformer (Qtde: 1) (6.500,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (9.000,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (7.500,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (1.000,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (1.000,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (2.200,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (700,00 un/d)
- Isoladora (Qtde: 1) (155,00 HP) (3.500,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (125,00 kW) (45.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (96,00 kW) (11.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (112,00 kW) (13.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (95,00 kW) (8.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (90,00 kW) (8.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (16,00 kW) (5.252,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (25,00 kW) (5.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (25,00 kW) (5.000,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (22,00 kW) (5.200,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (28,00 kW) (5.300,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (85,00 kW)
- Cortadeira (Qtde: 1) (35,00 kW) (52,60 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (35,00 kW) (8,90 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (35,00 kW)
- Cortadeira (Qtde: 1) (35,00 kW)
- Cortadeira (Qtde: 1) (35,00 kW) (16,00 un/d)
- Cortadeira (Qtde: 1) (35,00 kW) (17,00 un/d)
- Entubadora (Qtde: 1) (450,00 kW) (26.000,00 un/d)
- Entubadora (Qtde: 1) (650,00 kW) (28.700,00 un/d)
- Entubadora (Qtde: 1) (380,00 kW) (26.000,00 un/d)
- Entubadora (Qtde: 1) (450,00 kW) (17.500,00 un/d)
- Entubadora (Qtde: 1) (580,00 kW) (5.280,00 un/d)
- Entubadora (Qtde: 1) (680,00 kW) (22.000,00 un/d)
- Polyless (Qtde: 1) (15,00 HP) (37.000,00 un/d)
- Calemard (Qtde: 2) (23,00 kW) (40.000,00 un/d)
- Mother Roll (Qtde: 1) (20,00 cv) (33.000,00 un/d)
- Cromatógrafo Líquido Modelo 1220 (Qtde: 1)
- Laboratório (Qtde: 1)
- Tanque de óleo de processo (Qtde: 5) (30,00 kW) (57.900,00 L)
- Tanque de solvente (inativo) (Qtde: 2) (15.000,00 L)
- Tanque de óleo (inativo) (Qtde: 2) (400.000,00 L)
- Estufa a vapor (Qtde: 1) (2,10 W) (10.000,00 Un)
- Máquinas Construtoras de Pneu Passeio (Qtde: 24) (120,00 kW) (1.620,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu Passeio (Qtde: 12) (250,00 kW) (900,00 un/d)
- Aplicadora de ápex (Qtde: 8) (85,00 kW) (5.352,00 un/d)
- Aplicadora de ápex (Qtde: 3) (28,00 kW) (5.106,00 un/d)
- Balanceadora de Pneus (Qtde: 10) (15,00 kW) (53.415,00 un/d)
- Balanceadora de Pneus (Qtde: 4) (15,00 kW) (5.920,00 un/d)
- Máquina de inspeção de pneus (Qtde: 22) (25,00 kW) (46.636,00 un/d)
- Raspadora de pneu (Qtde: 4) (30,00 kW) (1.389,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu Caminhão (Qtde: 8) (45,00 kW) (500,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu Caminhão (Qtde: 3) (28,00 kW) (810,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu Caminhão (Qtde: 1) (140,00 kW) (430,00 un/d)
- Raio X (Qtde: 1) (400,00 W) (2.100,00 un/d)
- Raio X (Qtde: 1) (400,00 W) (1.300,00 un/d)
- Raio X (Qtde: 1) (480,00 W) (2.600,00 un/d)



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 12/03/2021

N° 34008620

Versão: 01

Data: 12/03/2019

RENOVAÇÃO

- Raio X (Qtde: 1) (300,00 W) (70,00 un/d)
- Raio X (Qtde: 1) (640,00 W)
- Moinho (Qtde: 1) (200,00 kW)
- Máquinas Construtoras de Pneu trator (Qtde: 1) (120,00 kW) (35,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu trator (Qtde: 1) (50,00 kW) (13,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu trator (Qtde: 1) (50,00 kW) (13,00 un/d)
- Máquinas Construtoras de Pneu trator (Qtde: 1) (797,00 kW) (55,00 un/d)
- Trocador de Bladder (Qtde: 1) (5,00 kW) (63,00 un/d)
- Limpadora de molde (Qtde: 1) (10,00 kW)
- Limpadora de molde (Qtde: 1) (3,00 cv)
- Serra de Pneus (Qtde: 1) (2,00 kW)
- Bombas VDA (Qtde: 5) (50,00 cv)
- Filtro de Areia - VDA (Qtde: 4) (30,00 cv)
- Sistema de Cogeração de Energia (Qtde: 1) (14,00 MW) (28,00 t/h)
- Bomba de Alimentação Caldeira (Qtde: 4) (100,00 HP)
- Centac - Compressores de #100 (Qtde: 4) (100,00 HP)
- Xle - Compressores de #100 (Qtde: 4) (400,00 HP)
- Compressores #200 (Qtde: 2)
- Tanque aéreo (Qtde: 6) (1.900,00 L)
- Bomba Pneumática (Qtde: 5)
- Bombas Hidráulicas (Qtde: 6) (10,00 HP)
- Bombas Hidráulicas (Qtde: 2) (30,00 HP) (100,00 m3)
- Bombas Hidráulicas (Qtde: 2) (10,00 kW) (27,00 m3)
- Compressores Alta Pressão (Qtde: 2) (7,50 kW)
- Secador de Ar (Qtde: 4) (10,00 kW)
- Secador de Ar (Qtde: 16) (3,00 kW)
- Ablandadores (Qtde: 3)
- Torres de Resfriamento (Qtde: 2) (25,00 kW) (227,12 m3/h)
- Elevatórios de Efluentes (Qtde: 5) (15,00 kW)
- Estação de Tratamento de Efluentes (Qtde: 1) (20,00 kW)
- Estação de Tratamento de Efluentes (Qtde: 1) (15,00 kW)
- Estação de Tratamento de Água (Qtde: 1) (120,00 kW)
- Bombas de Captação de Água Rio Piracicaba (Qtde: 2) (250,00 HP)
- Estação de Água Potável (Qtde: 1) (50,00 kW)
- CNC (Qtde: 1)
- Torno CNC (Qtde: 1) (15,00 kW)
- Torno CNC (Qtde: 3) (60,00 HP)
- Serra (Qtde: 1) (5,00 kW)
- Fresa Convencional (Qtde: 1) (10,00 kW)
- Máquina de Solda (Qtde: 1) (15,00 kW)
- Máquina de Solda (Qtde: 2) (15,00 kW)
- Esmeril (Qtde: 1) (2,00 kW)
- Esmeril (Qtde: 1) (2,00 kW)
- Esmeril (Qtde: 2) (1,00 kW)
- Furadeira coluna (Qtde: 1) (5,00 kW)
- Resiliômetro 4 Posições (Qtde: 1) (250,00 kW)
- Resiliômetro 2 Posições (Qtde: 4) (280,00 kW)
- Máquina Teste durabilidade Pneu (Qtde: 1) (150,00 kW)
- Máquina de RR (Qtde: 1) (100,00 kW)
- Máquina de Bead Unseat + Plunger + Foot Print (Qtde: 1) (55,00 kW)
- Máquina de Montagem de Pneu na Roda (Qtde: 1) (5,00 kW)
- Máquina de Balanceamento Pneu/Roda (Qtde: 1) (55,00 kW)
- Fresadora (Qtde: 1) (25,00 HP)
- Chaveteia (Qtde: 1) (1,00 kW)
- Prensa Hidráulica (Qtde: 1) (2,00 kW)
- Girafa (Qtde: 1)
- Lavador de Peça (Qtde: 1)
- Chiller (Qtde: 33) (25,00 kW)
- Fancoil (Qtde: 1) (7,50 cv) (13.600,00 m3/h)
- Fancoil (Qtde: 1) (12,50 cv) (27.200,00 m3/h)



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 12/03/2021

N° 34008620

Versão: 01

Data: 12/03/2019

RENOVAÇÃO

- Fancoil (Qtde: 37) (12,50 cv) (27.200,00 m3/h)
 - Self (Qtde: 32) (5,00 kW)
 - Desumidificador (Qtde: 3) (10,00 kW)
 - Ar Condicionado Conforto (Qtde: 80) (3,00 kW)
 - Ar Condicionado Processo (Qtde: 270) (3,00 kW)
 - Subestação (Qtde: 1) (60.000,00 kW)
 - Subestação (Qtde: 1) (150,00 kW)
 - Subestação (Qtde: 6) (1.250,00 kW) (480,00 V)
 - Subestação (Qtde: 25) (1.250,00 kW)
 - Subestação (Qtde: 2) (150,00 kW) (480,00 V)
 - Subestação (Qtde: 15) (150,00 kW)
 - Subestação (Qtde: 1) (750,00 kW)
 - EBP CALANDRA 3 R 21 (Qtde: 1) (290,00 kW)
 - Rapair Out (Qtde: 1)
 - Tools Movel (Qtde: 3)
 - Kokusai (Qtde: 3)
02. Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações estaduais e federais pertinentes.
03. A presente licença não engloba aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
04. A constatação do não atendimento das exigências técnicas acima e/ou da inconsistência das informações prestadas pelo usuário implicará, automaticamente, no CANCELAMENTO da presente licença.
05. A presente licença se refere à renovação e unificação das Licenças de Operação nº 34006957 (Processo nº 34/00609/13); nº 34006913 (Processo nº 34/10218/14); nº 34007176 (Processo nº 34/00937/13); nº 34007177 (Processo nº 34/00936/13); nº 34007256 (Processo nº 34/10897/15); nº 34007254 (Processo nº 34/10506/15); nº 34007255 (Processo nº 34/10995/15); nº 34007253 (Processo nº 34/10854/15); nº 34007257 (Processo nº 34/10989/15); nº 34007645 (Processo nº 34/01037/16); nº 34007644 (Processo nº 34/00674/16); nº 34007643 (Processo nº 34/00866/16); nº 34007642 (Processo nº 34/00388/16); nº 34007841 (Processo nº 34/10136/15); nº 34007840 (Processo nº 34/01268/16); nº 34007839 (Processo nº 34/00421/16).
06. Quando da ocorrência de desconformidades, de imediato, a Agência Ambiental da CETESB deverá ser formalmente comunicada, com indicação da desconformidade, das causas do episódio e as medidas de adequação adotadas pelos responsáveis pelo empreendimento para correção da irregularidade.
07. A critério da CETESB, devidamente fundamentadas, ou por alteração de caráter legal, poderão ser solicitadas da empresa informações/exigências adicionais.
08. O empreendimento é responsável por manter atualizado o AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
09. O projeto de reuso deverá ser operado de acordo com que o foi apresentado à CETESB, sendo de inteira responsabilidade do empreendedor, realizar mensalmente análise da água tratada da Estação de Tratamento de Água (ETA) por laboratório devidamente acreditado e de modo a atender aos requisitos estabelecidos para águas de reuso Classe 1 pelo Manual "Conservação e Reuso de Água em Edificações" do SindusCon-SP (06/2005).
10. Esta licença não exime a empresa do atendimento aos padrões de qualidade para águas de reuso, mais restritivos que eventualmente sejam estabelecidos por instrumentos legais, em relação ao estabelecido pelo manual "Conservação e Reuso de Água em Edificações" do SindusCon-SP (06/2005), assim como não impede eventual ação por parte da vigilância sanitária em formular exigências adicionais e/ou até mesmo impedir o reuso.



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
Sistema de Gestão de Processos Digitais
Consulta de Processos

Dados Básicos

Tipo: Processo digital
Número: CETESB.083397/2020-06
Data de entrada: 11/11/2020
Orgão de Abertura: CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Unidade de origem: CJA - AGÊNCIA AMBIENTAL DE AMERICANA
Orgão atual: CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Unidade atual: CJA/EXP - EXPEDIENTE - AGÊNCIA AMBIENTAL DE AMERICANA
Recebido em: 11/11/2020
Classificação: Renovação de Licença de Operação - MCE
Detalhamento: CADASTRO CETESB DO INTERESSADO: 1650000782 - RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA
CNAE DO INTERESSADO: 2211-1/00 - Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar
Agência Ambiental de Americana - 34
Renovação de Licença de Operação - MCE
Situação: Em andamento

Interessados

Nome do interessado
Mariana da Costa Brasil
GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA
ALFREDO GAMBOA OLIVEROS

Tramitações

Vol.	Órgão/Unidade	Recebido em	Encaminhado em	Despacho
1	CJA - AGÊNCIA AMBIENTAL DE AMERICANA	11/11/2020	11/11/2020	Encaminhamento automático do sistema.
1	DIGITAL - DIGITAL	11/11/2020	12/11/2020	Encaminhamento automático do sistema.
1	CJA/EXP - EXPEDIENTE - AGÊNCIA AMBIENTAL DE AMERICANA	12/11/2020		

Tarefas

Data de criação	Nome	Situação	Prazo
11/11/2020	Incluir documentos solicitados pelo Portal de Licenciamento Ambiental	finalizada	--
11/11/2020	Analisar documentos (executar checklist)	finalizada	--
12/11/2020	Gerar boleto	finalizada	--
13/11/2020	Comunique-se	aberta	--

Números Externos

Órgão Externo	Número Externo
SD/PLA - PORTAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	91562954



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
Sistema de Gestão de Processos Digitais
Consulta de Processos

SIPOL - Sistema de Fontes de Poluição	340105220
---------------------------------------	-----------

Renovação Licença de Operação – 120 dias

Justificativa prorrogação Licença:

RESOLUÇÃO Nº 237 , DE 19 DE dezembro DE 1997

Art. 18

§ 4º - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

RESOLUÇÃO Nº 237 , DE 19 DE dezembro DE 1997

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de se incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua;

Considerando as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 011/94, que determina a necessidade de revisão no sistema de licenciamento ambiental;

Considerando a necessidade de regulamentação de aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente que ainda não foram definidos;

Considerando a necessidade de ser estabelecido critério para exercício da competência para o licenciamento a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando a necessidade de se integrar a atuação dos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com as respectivas competências, resolve:

Art. 1º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais , consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar

empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV – Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Art. 2º- A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º- Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no Anexo 1, parte integrante desta Resolução.

§ 2º – Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Art. 3º- A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.

Art. 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

IV - destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

V- bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

§ 1º - O IBAMA fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

§ 2º - O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Art. 5º - Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Parágrafo único. O órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

Art. 6º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Art. 7º - Os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência, conforme estabelecido nos artigos anteriores.

Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

Art. 9º - O CONAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

§ 2º - No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao estudo de impacto ambiental - EIA, se verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Art. 12 - O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da

atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 1º - Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.

§ 2º - Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

§ 3º - Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 13 - O custo de análise para a obtenção da licença ambiental deverá ser estabelecido por dispositivo legal, visando o ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Facultar-se-á ao empreendedor acesso à planilha de custos realizados pelo órgão ambiental para a análise da licença.

Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

§ 1º - A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 2º - Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 15 - O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação

Parágrafo Único - O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 16 - O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 14 e 15, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 17 - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 10, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º - A Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II

§ 2º - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º - Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

§ 4º - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Art. 19 – O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 20 - Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

Art. 21 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos aos processos de licenciamento em tramitação nos órgãos ambientais competentes, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 3º e 7º da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

**GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES
SOBRINHO**

Presidente

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO

Secretário-Executivo

ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Extração e tratamento de minerais

- pesquisa mineral com guia de utilização
- lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
- lavra subterrânea com ou sem beneficiamento
- lavra garimpeira
- perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural

Indústria de produtos minerais não metálicos

- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados à extração
- fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto e vidro, entre outros.

Indústria metalúrgica

- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos
- produção de fundidos de ferro e aço / forjados / arames / relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro
- produção de laminados / ligas / artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- relaminação de metais não-ferrosos , inclusive ligas
- produção de soldas e anodos
- metalurgia de metais preciosos
- metalurgia do pó, inclusive peças moldadas
- fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- fabricação de artefatos de ferro / aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície

Indústria mecânica

- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico e/ou de superfície

Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações

- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores
- fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática
- fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos

Indústria de material de transporte

- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios
- fabricação e montagem de aeronaves
- fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes

Indústria de madeira

- serraria e desdobramento de madeira
- preservação de madeira
- fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada
- fabricação de estruturas de madeira e de móveis

Indústria de papel e celulose

- fabricação de celulose e pasta mecânica
- fabricação de papel e papelão
- fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada

Indústria de borracha

- beneficiamento de borracha natural
- fabricação de câmara de ar e fabricação e condicionamento de pneumáticos
- fabricação de laminados e fios de borracha
- fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha , inclusive látex

Indústria de couros e peles

- secagem e salga de couros e peles
- curtimento e outras preparações de couros e peles
- fabricação de artefatos diversos de couros e peles

- fabricação de cola animal

Indústria química

- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos
- fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira
- fabricação de combustíveis não derivados de petróleo
- produção de óleos/gorduras/ceras vegetais-animais/óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da madeira
- fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos
- fabricação de pólvora/explosivos/detonantes/munição para caça-desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos
- recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais
- fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos
- fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas
- fabricação de tintas, esmaltes, lacas , vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes
- fabricação de fertilizantes e agroquímicos
- fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários
- fabricação de sabões, detergentes e velas
- fabricação de perfumarias e cosméticos
- produção de álcool etílico, metanol e similares

Indústria de produtos de matéria plástica

- fabricação de laminados plásticos
- fabricação de artefatos de material plástico

Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos

- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos
- fabricação e acabamento de fios e tecidos
- tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos
- fabricação de calçados e componentes para calçados

Indústria de produtos alimentares e bebidas

- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares
- matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal
- fabricação de conservas
- preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados
- preparação , beneficiamento e industrialização de leite e derivados
- fabricação e refinação de açúcar
- refino / preparação de óleo e gorduras vegetais
- produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação
- fabricação de fermentos e leveduras
- fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais
- fabricação de vinhos e vinagre
- fabricação de cervejas, chopes e maltes
- fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais
- fabricação de bebidas alcoólicas

Indústria de fumo

- fabricação de cigarros/charutos/cigarilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo

Indústrias diversas

- usinas de produção de concreto
- usinas de asfalto
- serviços de galvanoplastia

Obras civis

- rodovias, ferrovias, hidrovias , metropolitanos
- barragens e diques
- canais para drenagem
- retificação de curso de água
- abertura de barras, embocaduras e canais

- transposição de bacias hidrográficas
- outras obras de arte

Serviços de utilidade

- produção de energia termoelétrica
- transmissão de energia elétrica
- estações de tratamento de água
- interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário
- tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos)
- tratamento/disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde, entre outros
- tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas
- dragagem e derrocamentos em corpos d'água
- recuperação de áreas contaminadas ou degradadas

Transporte, terminais e depósitos

- transporte de cargas perigosas
- transporte por dutos
- marinas, portos e aeroportos
- terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos
- depósitos de produtos químicos e produtos perigosos

Turismo

- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos

Atividades diversas

- parcelamento do solo
- distrito e pólo industrial

Atividades agropecuárias

- projeto agrícola
- criação de animais
- projetos de assentamentos e de colonização

Uso de recursos naturais

- silvicultura
- exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais
- atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre
- utilização do patrimônio genético natural
- manejo de recursos aquáticos vivos
- introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas
- uso da diversidade biológica pela biotecnologia